



HERDEIROS DO PORVIR

Ano XVIII – Nº 33
Abril / Maio / Junho 2013
Distribuição gratuita



D. Leopoldina



D. Pedro I



D. Amélia



D. Bertrand e a
Profa. Valdirene diante
dos restos mortais
de D. Pedro I

**Pesquisas arqueológicas
nos remanescentes humanos
dos primeiros
Imperadores do Brasil**

D. Pedro Henrique autoriza o traslado de D. Leopoldina

OSVALDO ROCCO

Tendo em vista o grande interesse dos brasileiros pelo recente trabalho de exumação de nossos imperadores (veja nas páginas seguintes), seria oportuno relatar como o corpo da primeira esposa de D. Pedro I, D. Leopoldina (foto), foi transferido do Rio de Janeiro para o Monumento do Ipiranga, em São Paulo.

Transcorria o ano de 1954, em que se comemorava o IV Centenário da metrópole paulista, e a Prefeitura queria marcar a data com o traslado dos despojos de D. Leopoldina para o Pantheon do Ipiranga.

Incumbiu-se da tarefa de agenciar esse traslado o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Prof. Ernesto de Souza Campos, que em 25 de junho de 1954 dirigiu ao Príncipe D. Pedro Henrique (foto), então Chefe da Casa Imperial brasileira, uma carta, escrita em nome do IHGSP e da Prefeitura. Nessa carta informava já ter efetuado as necessárias consultas ao Governo Federal e ao guardião do Convento do Rio de Janeiro em que estava sepultada a Imperatriz, e acrescentou:

“Como é do conhecimento de Vossa Alteza Imperial, a Prefeitura construiu no Ipiranga, exatamente no local em que D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil, um belíssimo Pantheon todo revestido de mármore e bronze para nele serem guardados e venerados os despojos de Sua Majestade o Imperador e Sua Augusta Esposa, D. Leopoldina, que muito trabalhou pela nossa Independência. [...] Muito nos honraria se Vossa Alteza Imperial aquiescesse em ser efetuada a transladação ora solicitada”.

D. Pedro Henrique respondeu a 26 de julho do mesmo ano, em termos tão elevados que resumir suas pa-



lavras seria privar os brasileiros de verdadeira obra-prima de simplicidade, categoria, charme, espírito sobrenatural e, em uma só palavra, nobreza. Aqui transcrevemos o documento, de transcendente interesse histórico:

“Em sua carta de 25 de Junho, que me chegou às mãos em 21 do corrente mês, V. Excia. solicita que eu autorize a transladação dos restos mortais de minha augusta trisavó, D. Leopoldina, do jazigo do Convento de Santo Antonio, no Rio de Janeiro, para o Mausoléu-Pantheon que a Prefeitura de S. Paulo construiu na colina do Ipiranga.

“Devo dizer a V. Excia. que acho a idéia feliz, pois D. Leopoldina bem merece descansar ali onde o Brasil nasceu como nação independente, ela que tanto fez pela independência do Brasil e tanto a desejou.

“Como Chefe da Casa Imperial do Brasil dou meu consentimento para esta transladação dos despojos de minha venerada Ancestral, mas devo antes pedir algumas condições que passo a expor.

“Primeiro. Que a Câmara Mortuária do Pantheon seja adornada de um grande Crucifixo, que dê ao mausoléu um caráter religioso.

“Segundo. Que haja um altar no Pantheon onde se possam celebrar Missas em sufrágio das almas dos que lá descansarem.

“Terceiro. Que o mausoléu seja previamente bento por sacerdote católico.

“Minha Família é e sempre foi profundamente católica, e não poderia se conformar que algum de seus membros repousasse em terra e ambiente não sagrados.

“Uma vez garantidos estes três pontos, eu, como Chefe da Casa Imperial, consinto prazentemente que os despojos de D. Leopoldina sejam trasladados da Igreja do Convento de Santo Antonio para o Mausoléu do Ipiranga.

“Quero porém crer que V. Excia. se tenha igualmente dirigido a meus primos, os Senhores D. Pedro Gastão e D. João de Orléans e Bragança, cujo consentimento também é necessário para se tocar no sepulcro de nossa augusta Avó.

“Felicito V. Excia. pela luminosa iniciativa, que dará um cunho sagrado à histórica colina do Ipiranga, e fará do Monumento de nossa independência um memorial ainda mais eloquente, a tornar viva aos presentes a epopéia de nossa Emancipação política.

“Deus guarde V. Excia.

a) Pedro Henrique de Orleans e Bragança”.

Expediente Herdeiros do Porvir

Publicação da Pró-Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.

Rua Itápolis, 873 – CEP 01245-000 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 2361-3214 e Fax: (11) 3822-4764

www.monarquia.org.br – e-mail: herdeirosdoporvir@monarquia.org.br

Diretor Responsável: Osvaldo Rocco

Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17354)

Redator Chefe: Geraldo Hêlson Winter

Diagramação: Luis Guillermo Arroyave

Impressão: Grafilar – Gráfica e Editora do Lar Anália Franco

ATIVIDADES DOS PRÍNCIPES



Prof. Dr. Luiz Roberto Fontes

Prof.ª. Valdirene do Carmo Ambiel

D. Luiz e D. Bertrand acompanham palestra

A redescoberta de D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia

Por sugestão do Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil, e para possibilitar aos monarquistas e amigos da Família Imperial um mais próximo conhecimento da importante realização acadêmica da Prof.ª. Valdirene do Carmo Ambiel (veja páginas 4 e 5), a *Pró Monarquia* pediu a ela que fizesse, em 11 de março passado, uma apresentação acerca de seu Mestrado. Participaram da exposição o Prof. Luiz Roberto Fontes, médico legista que teve destacado papel nos trabalhos de exumação, e a Prof.ª. Maria Isabel D'Agostino Fleming, representando o Museu de Arqueologia e Etnologia. A exposição, toda ilustrada, contou com grande número de participantes.



Público aplaude conferencistas

D. Bertrand visita Asilo São Luiz, em Caeté (MG)

Com o Prefeito de Caeté (esq.)



Com monarquistas na biblioteca do Santuário de N. Sra. da Piedade



Autografando livro de sua autoria "Psicose Ambientalista", na capital mineira

Falando para jovens empreendedores do IFL



Círculo Monárquico de Minas comemora aniversário

A presença do Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança na peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora da Piedade, padroeira de Minas Gerais, no último dia 20 de março, constituiu um dos pontos altos das comemorações do terceiro aniversário do Círculo Monárquico de Minas Gerais. Tendo à frente o seu dinâmico presidente, Dr. Mário de Lima Guerra, o Círculo Monárquico de Minas Gerais recebeu o Príncipe D. Bertrand na véspera, no Aeroporto de Confins, tendo ele sido saudado no Hotel Quality, onde ficou hospedado. Entre as muitas atividades do ilustre visitante na capital mineira, destaca-se a palestra sobre o tema "Psicose Ambientalista" para os jovens empreendedores que compõem o Instituto de Formação de Líderes – IFL – entidade que defende valores como a liberdade e a responsabilidade individuais, bem como o Estado de direito. Ainda em Belo Horizonte, o Príncipe lançou o seu recente livro "Psicose Ambientalista" na Livraria Saraiva. Durante aquele dia, após ter visitado a Serra da Piedade, sua comitiva desceu para Caeté, onde foi recebido pelo prefeito Zezé de Oliveira. Nessa histórica cidade, o Príncipe visitou a Casa do Artesão, a Casa das Artes e o Museu Regional. No dia seguinte, D. Bertrand participou de um almoço num agradável restaurante do município de Nova Lima, ocasião que recebeu as homenagens dos monarquistas mineiros. Tanto o prefeito quanto o presidente da Câmara daquele município foram cumprimentar o nobre visitante.



Mereceu amplos espaços na mídia impressa e televisiva, bem como na Internet, a divulgação dos trabalhos de exumação dos restos mortais do Imperador D. Pedro I e das Imperatrizes D. Leopoldina e D. Amélia, realizados na cripta do Monumento do Ipiranga, em São Paulo. O trabalho constituiu o núcleo da dissertação de Mestrado da historiadora e arqueóloga Valdirene do Carmo Ambiel, no âmbito do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, que consumiu três anos de estudos e pesquisas, o último deles voltado à exumação propriamente dita dos corpos e seu exame por professores das várias disciplinas envolvidas, com a utilização dos mais modernos recursos científicos da Universidade de São Paulo (USP). Agora dedicada a seu doutorado, a ser realizado na mesma área de estudos, a Profa. Ambiel encontrou tempo para escrever, especialmente para *Herdeiros do Porvir*, o artigo que segue.

* * *

O Monumento à Independência do Brasil, localizado na cidade de São Paulo, foi inaugurado em 1922, apesar de concluído apenas em 1926. Em 1952 foi construída a Capela Imperial, cujo objetivo era abrigar os restos mortais de D. Pedro I e de sua esposa D. Leopoldina de Habsburgo-Lorena. Em 1954, por meio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (vide p. 2), foram trasladados para o Ipiranga os restos da Imperatriz D. Leopoldina, que repousavam desde 1911 no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Esse evento marcou o IV Centenário da cidade de São Paulo. Em 1972, para comemorar o Sesquicentenário da Independência, foram trasladados os remanescentes do Imperador D. Pedro I e em 1982 os da Imperatriz D. Amélia de Leuchtenberg, ambos trazidos de Portugal.

O Pantheon está localizado em uma área de aterro, próximo ao riacho do Ipiranga, fato que propicia a umidade. No passado ocorreram verdadeiras inundações no interior da Capela Imperial, o que poderia ocasionar danos permanentes e até comprometer a preservação dos despojos dos Imperadores ali depositados.

Pensando nisso, em 2010 apresentamos projeto de mestrado ao Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Esse trabalho acabou se transformando em pesquisa multidisciplinar, envolvendo as Ciências Humanas, Exatas e Biomédicas, com o apoio do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), do Instituto de Ciências Biomédicas da USP (Laboratório de Análises Fúngicas), do Instituto de Física da USP, da Faculdade de Medicina da USP, do Instituto de Geociências da USP, além da participação da Profa. Dra. Miriam Garavelli, do Núcleo de Física do Instituto de Criminalística do Estado de São Paulo, do Prof. Dr. Luiz Roberto Fontes, do odonto-forense Herivelto de Deus Alves Martins e dos registros de imagens realizados pelo Sr. Valter D. Muniz, além do apoio do médico Wellyngton S. Geraldi e da entomóloga Erika Cristina de Carvalho, do Instituto Oscar Freire.



D. Leopoldina – Começamos o trabalho analisando D. Leopoldina. Antes da abertura da urna foram colhidas amostras da atmosfera interna do ataúde pela equipe da Profa. Dra. Celina L. Duarte, do IPEN, para análises de cromatografia gasosa, com vistas à proteção dos remanescentes humanos e material associado (vestes, adornos, etc.)

Pesquisas arqueológicas nos remanescentes dos primeiros Imperadores



da Imperatriz, bem como do quadro de funcionários e visitantes do Monumento, uma vez que apenas o acesso à Capela Imperial permaneceu interdito.

Atendendo ao pedido e respeitando o direito da Família Imperial do Brasil, foi realizada uma pequena cerimônia religiosa, na presença do Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, com um sacerdote católico especialmente convidado. Logo após coletaram-se amostras para análises fúngicas, encaminhadas à Dra. Adriana A. R. Menezes, do ICB-USP. O mesmo procedimento ocorreu quanto aos despojos de D. Pedro I e de D. Amélia.

Foram feitas análises de Fluorescência de Raios X e Imagens com uso do Infravermelho pela equipe da Profa. Márcia Rizzutto, do IF/USP, além da tomografia realizada na FMUSP, pelo Prof. Edson Amaro Jr.

Na tomografia percebemos a possibilidade de a Imperatriz ter sido sepultada com o traje imperial, fato comprovado na decapagem arqueológica, por meio da qual, além do vestido, localizamos o manto, brincos, sapatos e a faixa imperial. Não foram localizadas fraturas nos remanescentes da Imperatriz. As análises odontológicas, feitas pelo Dr. Herivelto, também não diagnosticaram fraturas e apenas uma perda antes da morte. Foram sugeridas algumas doenças que podem ter sido causadas pelas suas gestações seguidas.

Conseguiu-se nos arquivos do Museu Imperial e em publicações do IHGSP cópias de boletins médicos sobre o quadro clínico da Imperatriz, antes de sua morte, em 11 de dezembro de 1826. O material foi entregue ao Prof. Luiz Roberto Fontes (médico legista, ginecologista e obstetra). Com base nesses boletins, podemos afirmar que a morte de D. Leopoldina não foi provocada por ato de violência, mas pelo agravamento de alguma doença.

Concluídas as análises, o corpo de D. Leopoldina foi recolhido em seu sarcófago de granito na Capela Imperial do Ipiranga, com o acompanhamento de representantes da Família Imperial.

Arqueológicas Restos humanos dos Imperadores do Brasil

VALDIRENE DO CARMO AMBIEL



Valdirene acompanha restos de D. Leopoldina para análise em aparelhos de última geração



Corpo mumificado de D. Amélia



D. Pedro I – Após os trabalhos nos remanescentes humanos de D. Leopoldina, iniciamos os trabalhos nos de D. Pedro. O corpo de nosso Imperador estava em urna de pinho português, onde pudemos observar que era de 1972 e não de 1834, pois havia a presença das coroas do Brasil e de Portugal, algo impensável para 1834. Seus restos foram colocados em esquife de madeira rudimentar,

abarcado por outro de chumbo, com as inscrições do nome e títulos de D. Pedro. O caixão maior, de pinho lusitano, continha as outras duas urnas.

Os despojos do Imperador estavam desarticulados e o ataúde que abrigava seu corpo comprometido, o que nos obrigou a fazer a decapagem arqueológica antes da tomografia. Durante esse trabalho encontramos três condecorações portuguesas: comenda e placa da Ordem da Torre e Espada, reformada por D. Pedro, Duque de Bragança em 1832, mas que foi concedida ao Duque pela filha, a Rainha D. Maria II, dias antes de sua morte; Banda das Três Ordens; e Tosão de Ouro, esta última só usada por soberanos ou herdeiros direto ao trono.

Também na decapagem observamos fraturas nas costelas e não em clavículas, indicando que houve equívoco no diagnóstico de 1823, quando os médicos afirmaram que o Imperador havia fraturado uma clavícula devido a queda de cavalo (a fratura localiza-se na primeira costela). Em uma época em que não havia o recurso da radiologia era normal cometerem-se enganos.

Localizamos marcas de lâmina em algumas costelas, provavelmente para a remoção do coração, que está na Cidade do Porto. Encontramos ainda substrato (solo) que, segundo análise do Dr. Fernando A. Saraiva, do Instituto de Geociências da USP, é similar ao sedimento da cidade do Porto. Acreditamos

que esse material fazia parte do colchão da urna original de D. Pedro.

A tomografia não indicou material orgânico preservado. As análises de fluorescência de raios X diagnosticaram alguns processos tafonômicos (contaminações) por cobre, prata e chumbo, talvez devido à oxidação de materiais das vestes (botões, galões etc.). As botas, assim como as roupas, estão fragmentadas, indicando contaminação pela umidade no Monumento ou já em Portugal. Os botões da túnica estão ornados com o brasão do Reino de Portugal. Encontraram-se duas coroas lusitanas, provavelmente ornamentos dos galões.

Todos estes artefatos (comendas, botões, ornamentos), assim como um fragmento do manto e o brinco de D. Leopoldina, receberam tratamento de higienização e acondicionamento, trabalho feito pelo Sr. Valter D. Muniz. Ainda há a necessidade das análises do IF/USP para que seja aplicado um tratamento adequado ao material. Os objetos foram entregues à Sra. Regina Ponte, Diretora do Museu da Cidade de São Paulo, órgão do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, que administra o Monumento à Independência.

O corpo de D. Pedro I foi limpo e colocado em nova urna, de madeira rudimentar, revestido com linho branco, material usado para preservação de remanescentes humanos desde a Antiguidade. A madeira recebeu tratamento para evitar a ação da umidade.



D. Amélia – Com relação a D. Amélia, nossa maior dificuldade foi a localização de seus remanescentes, pois a Prefeitura não possuía informação sobre o exato local de seu sepulcro. Conseguimos tal informação junto a um dos responsáveis pelo traslado de 1982. Descobrimos que o corpo da Imperatriz estava sepultado nas paredes do Monumento; ou seja, vulnerável à ação da

umidade. Entretanto, o trabalho feito em 1982, bem como o trato aplicado aos restos da Imperatriz por portugueses e brasileiros, garantiram sua preservação, conservado não apenas externamente, mas também em órgãos internos, fato raro nestes casos (a tomografia revelou a presença do encéfalo e útero, entre outros órgãos).

Por prudência os esquifes foram substituídos. O corpo foi colocado em nova urna, similar às usadas para longos traslados, com revestimento de zinco. Um novo colchão foi preparado especialmente para garantir a preservação dos despojos, assim como substância especial aplicada no rosto, mãos e pés. Devido ao contato com o ar, notou-se a presença de fungos e por isso tanto o corpo quanto a urna foram preparados visando à prevenção contra microorganismos, tudo feito sob a orientação do Prof. Carlos Augusto Pasqualucci, do Serviço de Verificação de Óbitos da Capital da FMUSP, instituição que ainda doou a urna de D. Amélia e a rudimentar de D. Pedro.

Um novo sepulcro foi construído para abrigar o corpo da Imperatriz. Através de vidro acompanhamos semanalmente se há a ação de microorganismos ou se a umidade afeta o esquife. A obra esteve a cargo do Eng. Alfredo V. Cunha e do Arquiteto Bruno A. Sandim, da Associação Leste dos Engenheiros e Arquitetos de São Paulo, profissionais que também doaram o material de construção. Executou o trabalho a equipe do Estúdio Sarasá Conservação e Restauro, empresa que voluntariamente nos auxiliou ainda na delicada abertura dos sarcófagos de granito de D. Pedro e de D. Leopoldina.

D. Luiz:

existe na memória do brasileiro um forte componente monárquico

A propósito da recente exumação de D. Pedro I, D. Leopoldina e D. Amélia, D. Luiz de Orleans e Bragança, chefe da Casa Imperial do Brasil, concedeu a seguinte entrevista ao “Herdeiros do Porvir”:

A exumação de nossos Imperadores foi noticiada na imprensa com enorme destaque. Isso significa que o tema despertou muito interesse no público. Por que isso?

Embora as sucessivas gerações de alunos, nas escolas brasileiras, desde 1889 venham sendo formadas em padrões republicanos, com livros didáticos que criticam ou menosprezam os valores do período monárquico de nossa história, o fato é que ainda permanece, na memória coletiva do povo brasileiro, um forte componente monárquico.

De vez em quando essa recordação enevoada de um passado melhor e mais glorioso aflora. A meu ver, foi exatamente o que ocorreu agora, a propósito das exumações no Monumento do Ipiranga. O interesse demonstrado pelo nosso público foi muito além do que parecia razoável esperar. E órgãos da grande imprensa, revistas de tiragem nacional, sensíveis a esse interesse, dedicaram grandes espaços ao acontecimento. Por que isso? Porque o brasileiro carrega o peso das decepções que ao longo de muitas décadas se seguiram a sucessivas esperanças revestidas deste ou daquele figurino político-social. Tem uma ideia indefinida e suave de que o Brasil já foi diferente, já foi melhor, e associa esse Brasil melhor às imagens de D. Pedro I, de D. Pedro II, da Princesa Isabel, aspirando assim de algum modo ao reatamento do caminho abandonado.

Muitas fraturas atribuídas a quedas de cavalos foram encontradas em D. Pedro I, o que denota personalidade ferosa. Em sentido contrário, ele era músico e compositor. Como entender nele esses opostos?

Não é raro figuras exponenciais da

História mostrarem contrastes desses. São figuras de grande vocação, personagens simbólicas dos respectivos povos. Nelas, o ímpeto, a determinação, a energia e a coragem convivem com aspectos de delicadeza de alma, de afetividade, de cultivo de dons do espírito. Sendo naturalmente líderes, sabem cativar, como também sabem comandar. Assim foi com o fundador do Império do Brasil. O talento musical de D. Pedro I era bem conhecido. Ele tocava com desembaraço diversos instrumentos – piano, flauta, clarinete, fagote, violino – e compunha peças para solistas, coro e orquestra. Compôs também o nosso Hino da Independência e música sacra. Era, pois, um espírito culto e refinado, sem embargo de sua personalidade ferosa, marcial e valente, robustecida pela constante prática de equitação, caça e outros esportes que exigiam desforço físico.

Muitos livros de História do Brasil estão repletos de informações incorretas a respeito de nossos monarcas. Uma delas era a de que D. Leopoldina teria sido jogada escada abaixo pelo marido, vindo a fraturar o fêmur, abortar e falecer em consequência. Que lição os autores desses livros poderiam tirar das recentes pesquisas científicas?

Em 1889, a República se impôs no Brasil graças a um golpe, sem apoio nem entusiasmo popular; mesmo entre republicanos, rapidamente produziu decepção e desencanto. Assim sendo, precisou elaborar sua imagem à custa, em larga medida, da desconstrução do regime deposto e de seus principais personagens. Uma historiografia assim imposta prevaleceu por décadas, repetindo inverdades como essa, de D. Leopoldina. Ainda restam hoje em dia, infelizmente, autores que procuram produzir livros sensacionalistas, caricaturizando personagens do passado imperial, na ânsia de atrair o interesse do público e vender suas mediocres produções. Mas hoje, felizmente, há também autores sérios



que, com pesquisas de excelente nível, produzem uma nova historiografia brasileira, liberta daquela pressão oficialista já ultrapassada e também dos oportunismos mercadológicos de baixo nível. Esses autores vêm produzindo textos de qualidade, em que a verdade histórica se restabelece, a partir do abundante material de pesquisa disponível. Exemplo brilhante de pesquisa universitária séria e bem conduzida foi, precisamente, a da Prof^a Valdirene Ambiel.

A frequência ao Monumento do Ipiranga aumentou consideravelmente nos últimos tempos, especialmente depois da divulgação do noticiário sobre a exumação. Essa visita é apenas um fenômeno passageiro ou indica, pelo contrário, um interesse maior pelo Império e pela Monarquia brasileira?

Somente o tempo poderá dar resposta a essa pergunta. Costuma-se dizer que o brasileiro não tem senso histórico e não se interessa pelo nosso passado. Em certa medida isso é verdade, mas mesmo assim o museu brasileiro mais visitado, em todo o País, ainda é o de Petrópolis. E o próprio Museu da USP – mais conhecido como Museu do Ipiranga – apesar de todos os problemas que enfrenta para se manter, é visitadíssimo, por grupos de alunos provenientes de escolas não só da Capital, mas até de cidades interioranas. Há, pois, um interesse permanente, que se trata de incentivar e de facilitar. Agora, o episódio da exumação e as pesquisas científicas que se seguiram parece ter dado novo impulso a esse interesse, parece tê-lo revigorado. É de desejar que ele se mantenha e cresça cada vez mais.

Monarquia

fator de independência e continuidade nacional

ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS

Em artigo publicado na edição anterior de *Herdeiros do Porvir*, focalizamos o regime monárquico enquanto fator de unidade nacional, mostrando que um monarca, quando assume a coroa, não tem adversários, pois é unicamente de Deus e da História que lhe vem sua posição, e não das preferências mutáveis do eleitorado. Diferentemente dos presidentes de república, que sempre se elegem deixando descontentes todos os que não votaram nele, o monarca pode contar com a expectativa favorável e benévola de todo o seu povo, que “torce” para que o novo reinado seja feliz e bem sucedido.

Hoje veremos como a Monarquia é também fator de independência e de continuidade nacionais através das gerações. Mas, perguntará algum leitor, presidentes de república que se sucedem na chefia de estado também não garantem a independência e a continuidade de suas nações? É o que procuraremos analisar a seguir.

Uma eleição presidencial custa, atualmente, muitos milhões de dólares em qualquer parte do mundo. A serem exatos os cálculos de especialistas em *marketing* político divulgados pela imprensa, os gastos da campanha de um candidato que deseje concorrer seriamente à presidência da República brasileira podem chegar à casa dos 500 milhões de dólares – quantia espantosa que corresponde a mais de 3 mil anos de salário de um presidente!

Para custear as campanhas, os candidatos recorrem a contribuições de seus correligionários. Evidentemente, quem apoia um candidato de alguma forma espera algum retorno.

Depois de eleito, o presidente não pode olhar para todos do mesmo modo. Há pessoas a quem deve favores imensos e há adversários que fizeram tudo para que ele não fosse eleito, e que ele sabe farão tudo para atrapalhar o seu governo. Entre uns e outros precisa equilibrar-se o presidente. Dos primeiros depende, porque carece do seu apoio; dos segundos também depende, porque teme sua oposição. O regime republicano tem, pois, necessariamente, chefes de Estado dependentes.

Ora, a independência é fundamental para que o governante possa desempenhar as suas funções com isenção e com desembaraço, para consertar certos abusos e, doa a quem doer, tomar as medidas realmente necessárias para o país. Como fará isso com total liberdade se de alguma forma é dependente?

Outro efeito da independência do monarca é que ele não precisa estar a todo momento pautando sua ação pelos índices da popularidade passageira e pode, por isso, fazer planos de longo prazo. Em consequência dessa visão mais abrangente a longo prazo, também a prazo imediato as soluções para os problemas concretos são mais acertadas.

O monarca, por outro lado, já nasce príncipe, já nasce nos degraus do trono, sabe que depois dele reinará seu filho, ou seu neto, ou o parente que estiver mais próximo da linha de sucessão. Sabe perfeitamente que será julgado pela História, e não pelos movimentos passageiros de opinião pública. Por isso, ele muitas vezes tem a coragem de tomar medidas impopulares que normalmente falta ao político eleito; e seu interesse está em realizar obras de longo prazo que o político – cuja atenção não pode deixar de estar voltada muito preponderantemente para as incertezas da próxima eleição – habitualmente não é levado a considerar.

São tão numerosos os exemplos na História de monarcas com visão de longo prazo, que até é difícil a escolha. Tomemos um, entre mil outros:

Dom Diniz, Rei de Portugal de 1279 a 1325 e esposo de Santa

Isabel – a célebre *Rainha Santa* – passou para a posteridade com o cognome de o *Rei Lavrador*. Isso porque em seu reinado procurou incentivar o cultivo e o aproveitamento das terras – então muito vastas para a pequenina população de Portugal – que seus antecessores haviam conquistado aos mouros. Numa perspectiva imediatista, Dom Diniz fez uma coisa que talvez não parecesse razoável, e que somente com uma visão de longo alcance se podia compreender: ele mandou plantar, na região de Leiria, extensos pinheirais.

Por que o fez? Segundo antiga e muito respeitável tradição corrente em Portugal, Dom

Diniz previa que seu povo se multiplicaria cada vez mais, e que tempos viriam em que o território disponível no continente europeu já não seria suficiente para abrigar toda a grei portuguesa, a qual precisaria penetrar mar adentro à procura de novas terras e novos horizontes. Nessa ocasião, haveria necessidade de madeira, de muita madeira, para construir os navios que desbravariam os mares. Os pinheirais do previdente rei forneceriam então essa madeira.

Porventura algum presidente de república se empenharia tanto fazendo despesas cujos frutos só iriam aparecer no mandato de um remoto sucessor, sem nenhuma vinculação de sangue ou de interesse com ele? Claro que não.

Como observou o pensador espanhol Eugenio Vegas Latapié, é próprio dos reis plantarem bosques para o futuro; e é próprio das repúblicas os abaterem na primeira necessidade de lenha que se lhes apresente.

Justamente porque contam com o tempo e com o importantíssimo fator da continuidade, os reis procuram naturalmente soluções verdadeiras que muitas vezes só revelarão seus frutos a longo prazo. E não cedem à tentação do êxito fácil, vistoso e superficial, do qual dependem os favores imediatistas do eleitorado.





JOSÉ GUILHERME BECCARI



Depois do “pibinho”, o “ideagazinho” – O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida instituída pela ONU para avaliar a qualidade de vida e desenvolvimento econômico das nações com base em três pilares: saúde, educação e renda. Entre os 15 países mais bem colocados, oito são monarquias: Noruega (1), Austrália (2), Holanda (4), Nova Zelândia (6), Suécia (7), Japão (10), Canadá (11) e Dinamarca (15). Em que posição se encontra a República Federativa do Brasil? Na vergonhosa 85ª, atrás de São Vicente e Granadinas, Azerbaijão, Antígua e Barbuda, São Vicente e Nevis, Palau, Belarus e Seychelles... Em posição melhor do que nós estão até *nuestros hermanos* latino-americanos do Chile, Peru, Venezuela, México, Uruguai e Argentina. Quando o IDH foi criado, em 1990, estávamos na 51ª posição; em 1996 caímos para a 58ª; em 2005 fomos para a 63ª. Hoje estamos no pior patamar de nossa história. Vemos, portanto, que os tão festejados programas sociais do governo não parecem influir muito na real qualidade de vida da população. No máximo, ajudas de tipo bolsa-família servem apenas para espertalhões de plantão embolsarem votos dos menos favorecidos. O povo na verdade encontra-se no atraso de sempre, com um sistema de saúde incrivelmente precário e mal gerido (apesar da montanha de dinheiro a ele destinado), com uma evasão escolar que chega a quase ¼ dos estudantes primários, e com uma renda bastante coerente com o “pibinho” de 1% do ano passado.

O prejuízo é nosso – Negócio dos mais nebulosos está fazendo com que a Petrobrás arque com um prejuízo de mais de 1 bilhão de dólares. Trata-se da compra de uma refinaria mastodôntica sediada em Pasadena, Texas (EUA), para refinamento de petróleo pesado dos poços de Campos/RJ. Em 2006 a estatal brasileira comprou 50% dessa refinaria, ficando os outros 50% com a empresa belga Astra Oil. Posteriormente, em razão de desacertos comerciais, a Petrobrás foi obrigada a incorporar a parte dos belgas. Segundo a imprensa brasileira, 1,18 bilhão de dólares foram empatados no negócio. Dando-se conta somente agora de que o “sucatao” não servia para nada, a Petrobrás tentou vendê-la. Melhor oferta: 180 milhões de dólares – ou seja, 10% do valor pago. Erro de cálculo? Não parece. A Pasadena Refining System Inc. estava inoperante quando foi comprada e era considerada ultrapassada pelos americanos. Nada justificava a compra de uma empresa com tecnologia antiga de refinamento que nem mais os *ianques* queriam. Tamanho vexame comercial está sendo investigado pelo Tribunal de Contas da União. Estão envolvidos altos

diretores e executivos da Petrobrás, todos indicados politicamente pelo governo Lula. É por essa e por outras que as ações de nossa petroleira andam tão desvalorizadas, abaixo inclusive do valor de seu patrimônio. Impossível evitar a indagação: “O petróleo é nosso?” Ou só o prejuízo?

Viagem nada franciscana – Se o Papa Francisco I soubesse dos gastos da comitiva brasileira para assistir à primeira Missa oficial que celebrou após sua eleição, certamente ficaria perplexo. Chefiados pela “presidenta” (sic!) Dilma, um batalhão de piedosos políticos seguiu para Roma em peregrinação espiritual de três dias. Ao invés de se hospedarem na residência oficial da embaixada brasileira, um palácio no centro histórico romano, seguiram para o nada espartano Hotel Westin. A mandatária reservou a suíte presidencial, pagando R\$ 7.700,00 por dia. Os números assustam: o préstito ocupou 30 quartos do mesmo hotel (o mais barato com diárias de R\$ 910,00) e 22 quartos em outro próximo, alugou sete veículos sedã com motorista, um carro blindado de luxo, quatro vans executivas de 15 lugares, um micro-ônibus, um carro para os seguranças, além de um caminhão e dois furgões para bagagens e equipamentos. Para um país que precisa urgentemente de austeridade nos gastos públicos, não deixou de ser péssimo o exemplo de nossa “presidenta”. Será que os benefícios espirituais obtidos pelos piedosos peregrinos servirão de algo para o povo brasileiro?

Burro de carga – Apesar da desoneração de impostos propalada pelo governo para certos setores da economia, a carga tributária continua praticamente a mesma; ou seja, uma das mais altas do mundo: em 2011, foi de 35,4% do PIB e, em 2012, de 35,3%. As desonerações foram pontuais e contemplaram os setores cujos *lobbies* mais pressionam o Planalto. Os micro e pequenos empresários, os que mais empregam, ficaram praticamente de fora, assim como a agricultura. Cada brasileiro da classe média trabalhou, em 2012, de janeiro a maio para saciar a fúria arrecadatória do governo; de maio a setembro, devido à incompetência do Estado, arcou com despesas como plano de saúde, escola particular, segurança particular, pedágio etc. O restante do ano destinou a alimentação, moradia, vestuário e poupança. Grande parte dos mais de 1 trilhão arrecadados no ano passado serviram apenas para sustentar a inoperante máquina estatal. O criativo e empreendedor povo brasileiro se vê, assim, relegado à triste condição asnática, tendo que carregar uma carga de impostos cada vez mais pesada.

